

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE DO PROGRAMA RESIDÊNCIA
PEDAGÓGICA EDUCAÇÃO FÍSICA: Escola Estadual de Ensino Fundamental
Bento XV**

SANTOS JÚNIOR, Osvaldo Galdino dos ¹
MOTA, Joselene Ferreira ²
PEREIRA, Eduardo dos Santos ³
DIAS, Jackson dos Santos ⁴

RESUMO: O estudo em tela é um relato de experiência vivenciada enquanto professor preceptor na Escola Estadual de Ensino Fundamental Bento XV, localizada no município de Belém-PA, no âmbito do Programa Residência Pedagógica (PRP), desenvolvido por meio da parceria entre a Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Pará (FEF-UFPA) e Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA). Os referenciais teórico-metodológicos adotados foram a Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2011) e a abordagem Crítico-Superadora (Soares *et al.*, 1992). Metodologicamente, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa-ação (Thiollent, 1997). Por meio do subprojeto “As práticas corporais como ações humanas no tempo e no espaço” o PRP tem como principal objetivo aperfeiçoar a formação inicial dos futuros professores de Educação Física na imersão dos mesmos no mundo do trabalho no espaço da educação básica com ênfase na Lei 11.645/08 (trata os assuntos relacionados a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio), na tentativa de repensar as práticas corporais tendo em vista a temática étnico-racial. Conclui-se que o trato com tal debate possibilita promover uma educação antirracista, por meio da reflexão crítica que compreenda o processo histórico de apagamento das práticas corporais da cultura africana, afro-brasileira e indígena e passe a valorizar o protagonismo dos povos subalternos na produção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física; Relação Étnico-Racial; Práticas Corporais; Educação Antirracista; Lei 11.645/08.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é relatar a experiência do professor preceptor, vivenciada na E.E.E.F. Bento XV no âmbito do PRP, da parceria entre a FEF-UFPA e

¹ Doutor em Educação (ICED-UFPA). Professor de Educação Física da rede de ensino do estado do Pará. É professor preceptor do Programa Residência Pedagógica (UFPA), osvaldogaldino@yahoo.com.br

² Mestre em Educação (PPGED-UEPA). Docente da Faculdade de Educação Física. Coordenadora do Subprojeto de Educação Física (UFPA), Campus Belém, joselenefmota@gmail.com

³ Graduando em Licenciatura em Educação Física. Bolsista do Programa Residência Pedagógica (UFPA), Campus Belém, eduardosantos160577@gmail.com

⁴ Graduando em Licenciatura em Educação Física. Mestre do saber Capoeira da Secretaria Municipal de Educação de Belém. Bolsista do Programa Residência Pedagógica (UFPA, Campus Belém, jackson.dias@castanhal.ufpa.br

a SEDUC no período de novembro de 2022 a novembro de 2023. O referido programa é da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e foi criado em 2018 como uma das ações integrantes da Política Nacional de Formação de Professores e tem como objetivo fortalecer e aprofundar a formação teórico-prática dos graduandos em licenciatura a partir da imersão dos mesmos na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso.

Quanto ao professor da rede pública da educação básica, o programa em questão visa: 1. Valorizar sua experiência na preparação dos licenciados na futura atuação profissional; 2. Induzir a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica com base nas experiências vivenciadas em sala de aula. Portanto, o referido trabalho é fruto dessa valorização do professor da rede de ensino público da educação básica que narra à experiência adquirida no subprojeto “As práticas corporais como ações humanas no tempo e no espaço”, com foco em repensar as práticas corporais com ênfase na relação étnico-racial, por meio da lei 11.645/08 (trata dos assuntos relacionados a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio).

Após divulgação do resultado da seleção dos residentes e professores preceptores, o qual ocorreu por meio de edital, as atividades foram iniciadas em novembro de 2022 recebendo os discentes e a coordenadora do subprojeto “As práticas corporais como ações humanas no tempo e no espaço” na unidade escolar para ter o primeiro contato com o espaço escolar, alunos, equipe gestora e demais trabalhadores da educação.

Ao iniciar as atividades os discentes observaram e auxiliaram o professor com as intervenções da componente curricular Educação Física a partir do planejamento elaborado antes da chegada deles na instituição de ensino. Aos poucos foi definido que cada residente acompanharia uma turma e faria as intervenções de acordo com o plano de aula sob a supervisão e orientação do professor preceptor. Dessa forma, os residentes foram tendo contato com o ofício da docência, porém ainda seguindo o planejamento do professor preceptor.

No ano seguinte, isto é, em fevereiro de 2023, reuniram-se o professor preceptor e os residentes para a fase da escolha das turmas em que desenvolveriam suas atividades para dar início ao processo de planejamento. Foi apresentada a carga horária da componente curricular Educação Física de cada

ano, o calendário anual da rede estadual de ensino e o livro didático adotado pela escola. As turmas foram distribuídas da seguinte forma:

Quadro 01. Relação residentes e turmas de Educação Física

Programa Residência Pedagógica - UFPA E.E.E.F. Bento XV		
Professora Coordenadora: Joselene Ferreira Mota		Turmas
Professor Preceptor: Osvaldo Galdino dos Santos Júnior		
Residentes	Jackson dos Santos Dias	1º ano
		2º ano
	Eduardo dos Santos Pereira	3º ano
	Sydval Cruz Barbosa	4º ano
	Gabriela Souza dos Santos e Rayssa Elizabeth Gomes Dias	5º ano

Fonte: Elaboração dos autores

O ano de 2023 os discentes conseguiram acompanhar o processo de planejamento, tendo em vista que no ano anterior chegaram ao final do ano letivo. Assim, o planejamento das atividades do corrente ano aconteceu em janeiro.

Para tal sistematização foi consultado o livro didático público adotado pela instituição “Buriti mais linguagens – educação física” que consta de dois volumes: o primeiro referente ao 1º e 2º ano e o segundo contempla do 3º ao 5º ano do ensino fundamental. Além disso, foi consultado o “Documento curricular para a educação infantil e ensino fundamental do estado do Pará”, construído em 2018 e norteia a proposta curricular do estado para as diferentes componentes curriculares.

Apesar de tais livros e documento explicitarem saberes e conteúdo sobre a questão das relações étnico-raciais, haja vista que o subprojeto tem esse enfoque, buscou-se aprofundar a temática em outras obras, a saber: “Brincadeiras africanas para a educação cultural” (Cunha, 2016); “Perspectiva negra na educação física” (Nobrega, 2023); e “Práticas corporais indígenas: jogos, brincadeiras e lutas para a implementação da Lei nº 11.645/08 na educação física escolar (Pereira, 2021).

O planejamento levou em consideração a concepção teórico-metodológica adotada pelo professor preceptor e pela a coordenação do PRP que é o ensino da Educação Física consubstanciada no plano da cultura corporal (Soares *et al.*, 1992). Assim, foram ensinados em todas as turmas os cinco conteúdos (jogo, esporte, dança, luta e ginástica) pelo qual o debate das relações étnico-raciais foi transversal. Logo, os conteúdos os quais legitimam a Educação Física na escola foram abordados correlacionando-os com as matrizes indígena e africana.

Para o entendimento de educar na perspectiva das relações étnico-raciais, usa-se de Silva (2011, p. 12) que a define como sendo:

[...] a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais.

Após realizar análise do material, a etapa seguinte foi a elaboração do plano pedagógico anual da Educação Física, contemplando os conteúdos do livro didático, os projetos já desenvolvidos na escola e as propostas de novas atividades para o ano letivo de 2023 e acordou-se em dar vazão da produção do conhecimento gerado pelas intervenções do PRP em eventos científicos da área, assim como publicação de artigos científicos em periódicos.

Quanto à elaboração dos planos de aula, o grupo seguiu a organização do trabalho pedagógico a partir dos pares dialéticos conteúdo/método e objetivo/avaliação (Freitas, 1995) e método da prática social a partir da Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2011). Assim, foi pedido que a cada regência de classe os residentes apresentassem o plano de aula o qual foi observado e orientado pelo professor preceptor.

O desenvolvimento desta pesquisa desdobrou-se em quatro seções, divididas em introdução, metodologia, resultados e discussão e considerações finais.

2 METODOLOGIA

Adotou-se, metodologicamente, a pesquisa-ação caracterizada por ser um tipo de pesquisa social com base empírica concebida e realizada com uma ação ou resolução de um problema, cujo pesquisadores e participantes da situação ou do problema estão envolvidos de maneira cooperativa ou participativa (Thiollent, 1997).

Assim, a ação foi desenvolvida pelo professor preceptor, a coordenadora do PRP e cinco residentes da Faculdade de Educação Física da UFPA em uma escola da rede estadual de ensino localizada em um bairro periférico – Guamá – do município de Belém-PA com turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Utilizando dos referenciais teórico-metodológicos que são adotados para o desenvolvimento do subprojeto, os quais versam sobre os fundamentos e princípios da Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2011) e da abordagem Crítico-Superadora

(Soares *et al.*, 1992), por entender que ambas apontam para aquisição de um pensamento crítico e emancipador da realidade concreta, o que na avaliação qualifica o processo de ensino-aprendizagem, tanto no planejamento quanto na materialização das aulas.

O planejamento apontou como objetivo principal o conhecimento das práticas corporais, na compreensão de seus significados e de suas possibilidades fruto de uma realidade coletiva. Com isso, a organização dos respectivos momentos pedagógicos ficou assim estruturada:

I. Primeiro momento: análise da realidade dos alunos, sondando o conhecimento prévio destes a respeito das práticas corporais, partindo de suas experiências cotidianas;

II. Segundo momento: problematização das práticas corporais de matriz indígena e afro-brasileira invisibilizada pela cultura dominante da branquitude;

III. Terceiro momento: instrumentalização, contextualização histórica das práticas corporais dos povos originários e afro-brasileiro, ensino do gesto técnico e rituais das danças, jogos, esportes, ginásticas e lutas, possíveis adaptações para as aulas de Educação Física e as ocasiões onde certa prática corporal é mais recorrente nas comunidades próprias.

IV. Quarto momento: catarse, síntese das atividades desenvolvidas, com elaboração de torneio, mostra, festival e jogos mediados pelos agentes educacionais e protagonizados pelos alunos;

V. Quinto momento: prática social final, retomada do debate, a fim de identificar o que pôde-se alcançar com os alunos através das intervenções com as práticas corporais no plano da cultura corporal, os limites encontrados e as possibilidades de potencializar uma educação antirracista.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O PRP foi apresentado oficialmente às equipes gestora, pedagógica e docente a partir do momento em que se concluiu o processo seletivo para professor preceptor, por meio do Edital Capes 24/2002 na reunião de outubro de 2022 para que todos pudessem conhecer a proposta do programa e os objetivos dos graduandos em licenciatura em Educação Física na escola.

O ano letivo iniciou no dia 13 de fevereiro de 2023 e deu-se a partir daí o desenvolvimento das aulas conforme o planejado. Os alunos da instituição de ensino se mostraram receptivos aos residentes desde o momento que eles chegaram à escola em novembro de 2022. As aulas começaram com o planejamento bimestral do objeto de conhecimento “Brincadeiras e jogos da cultura popular presente no contexto regional e do mundo”, seguido de “Brincadeiras e jogos de matriz africana e indígenas”.

Cada residente apresentou aulas expositivas, dialogadas, em espaços na sala de aula e na quadra de aula apoiadas por diversos recursos, buscando sempre aproximação com o cotidiano e a linguagem dos estudantes. O contado com o enfoque da lei 11.685/08 foi de grande acervo de capital cultural para os estudantes, visto que é um debate não muito comum na escola, na medida em que a cultura hegemônica ainda é eurocêntrica e a história é contada pelo olhar do europeu e não das minorias. Assim, passou-se a conhecer a história dos povos originários, seus costumes, grafismos, rituais e jogos. O mesmo processo se deu com o saber da comunidade afrodescendente.

Desse conteúdo resultou duas Mostras de Jogos: i) uma de matriz africana realizada no mês de abril em alusão ao dia dos povos originários; e ii) outra: de matriz africana realizada em novembro em comemoração ao dia da consciência negra. Essas intervenções além de proporcionarem conhecimento aos aluno(as) foram elogiadas pelos trabalhadores da educação da escola, pois segundo eles nunca haviam visto tais eventos tamanho o saber explorado.

Outro destaque foi o conteúdo dança em que foi explorado nas aulas os ritmos e danças de origens indígena e africana. A culminância desse conteúdo aconteceu no mês de junho em virtude da festa junina a qual teve como temática “as danças de origens africana e indígena”, a saber: Maculelê, Matipu, Siriá, Carimbó e Arraial do Pavulagem. Tais danças objetivaram contar um pouco da história do Brasil iniciando com a dança Matipu realizada pela etnia do mesmo nome que habita o Parque Indígena do Xingu no estado do Pará, seguida pelo Maculelê representando a chegada dos africanos no continente americano para, logo em seguida, serem apresentadas as danças do contexto regional de influência africana e indígena: Carimbó e Siriá, encerrando com o Arraial do Pavulagem que congrega todos os ritmos.

Por fim, ressalto o conteúdo das lutas em que foi abordado a Capoeira, *Nguni* ou *Intonga*, *Ikindene*, Luta de Maracá ou Derruba Toco, Luta Marajoara e *Maculelê*. Muitas dessas lutas eram desconhecidas pelos estudantes quanto ao aspecto histórico, rituais, regras e técnicas de execução e as aulas de Educação Física foram as responsáveis em proporcionar esse primeiro contato com este conteúdo.

Toda essa experiência gerou dois produtos os quais foram publicados no Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) realizado em setembro de 2023 na cidade de Fortaleza-CE, fazendo parte do planejamento do plano de ensino de Educação Física, a saber: Aplicação da Lei 11.645/08 nas aulas de Educação Física: possibilidades a partir do Programa Residência Pedagógica no ensino fundamental I; e Jogos de matriz afro-indígena na componente curricular Educação Física: relato de experiência discente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, o impacto do projeto na formação do professor preceptor é a experiência de poder orientar e supervisionar professores em formação a partir da concepção de uma formação humana crítica e emancipatória propiciando levar os sujeitos a uma educação antirracista capaz de dar visibilidade ao saber e a produção do conhecimento da população negra e dos povos originários.

Outro impacto é o olhar para a lei 11.645/05 a qual, embora esteja nos documentos legais, ainda é pouco explorada pelos professores da rede de ensino do estado do Pará. Portanto, o PRP convoca para uma pesquisa acerca da produção do conhecimento, dos povos indígenas, afro-brasileiro e africanos a de fato compor o currículo escolar, ou melhor, empretecer o currículo.

Além disso, tais intervenções e estudo acerca da temática permite aos residentes olhar para o conhecimento de suas formações a partir da realidade concreta das escolas da cidade de Belém-PA aproximando o conhecimento acadêmico com a realidade social do ambiente escolar. Sendo o saber sistematizado pela Universidade não pode levar a uma sensação de imobilismo do que já fora produzido, mas a realidade social das escolas sendo singular é propícia para experiências inovadoras a ponto de colocar a Universidade para repensar o seu conhecimento já sistematizado.

5 AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que nos proporcionou experiências exitosas e ricas em aprendizado por meio do Programa Residência Pedagógica.

À Linha de Estudos de Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL) por nos desafiar em afirmar a necessidade de uma educação antirracista nas aulas de Educação Física.

À Secretaria de Educação do Pará (SEDUC) e a Universidade Federal do Pará, em nome da Escola de Ensino Fundamental Bento XV, por fecharem a parceria entre Universidade-Escola consolidando assim a função social de ambas instituições formadoras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei 11.685**. Diário Oficial da união. Brasília, 11 de março de 2008.

CUNHA, D. A. **Brincadeiras africanas para a educação cultural**. Castanhal: Edição do autor, 2016.

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógica e da didática**. Campinas, Papirus: 1995.

NOBREGA, C. C. S. **Perspectiva negra na educação física** (Org.). São Paulo: Casa Flutuante, 2023.

PEREIRA, A. S. M. **Práticas corporais indígenas**: jogos, brincadeiras e lutas para implementação da lei 11.645/08 na Educação Física escolar. Fortaleza: Aliás, 2021.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórica-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, P. B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: FONSECA, M. V.; SILVA, C. M. N.; FERNANDES, A. B. (Org.). **Relações Étnico-Raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. p. 11-37.

SOARES *et al.* **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez: 1992.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.